Revista COOPEX (ISSN:2177-5052)

Violência contra mulher: análise das estratégias de enfrentamento de usuárias do Cram de Campina Grande/PB

Violence against women: an analysis of the coping strategies of cram users in Campina Grande/PB

Marianna Teixeira Melo*
Jakson Luis Galdino Dourado**

Resumo: O presente estudo teve como objetivo investigar as estratégias de enfrentamento à violência entre mulheres assistidas no Centro de Atendimento à Mulher (CRAM) em Campina Grande/PB. Entende-se que a violência doméstica é um problema social que afeta principalmente as mulheres, manifestando-se em qualquer forma de abuso físico, psicológico, sexual, econômico ou patrimonial, perpetrado por um parceiro íntimo ou outro membro da família. As leis de proteção às vítimas de violência doméstica têm sido fortalecidas em vários países, e no Brasil, não tem sido diferente. Com o intuito de compreender a realidade da violência contra a mulher em Campina Grande, o estudo foi conduzido por meio de uma pesquisa descritiva, exploratória e qualitativa. A amostra foi composta por 10 mulheres participantes das atividades propostas pelo CRAM, sendo as entrevistas e o diário de campo utilizados para a coleta de dados durante o período de março a abril de 2023. A análise dos dados baseou-se na técnica de análise de conteúdo em sentido amplo, conforme proposto por Bardin. Os resultados indicam que a maioria das mulheres enfrenta violência de natureza psicológica e física. Como estratégia de enfrentamento, elas buscam denunciar os agressores aos órgãos competentes e procuram apoio na comunidade, recorrendo aos serviços especializados do CRAM, além de contar com o suporte de familiares, amigos e vizinhos. Espera-se que este estudo contribua para sensibilizar quanto à necessidade de abordar o tema, visando promover a cidadania, a dignidade e a saúde emocional das mulheres.

Palavras-chave: Mulheres. Violência Doméstica. Rede de Apoio.

Abstract: The aim of this study was to investigate strategies for dealing with violence among women assisted at the Women's Care Center (CRAM) in Campina Grande/PB. It is understood that domestic violence is a social problem that mainly affects women, manifesting itself in any form of physical, psychological, sexual, economic or property abuse perpetrated by an intimate partner or other family member. Laws to protect victims of domestic violence have been strengthened in many countries, and Brazil is no different. In order to understand the reality of violence against women in Campina Grande, the study was conducted using descriptive, exploratory and qualitative research. The sample consisted of 10 women participating in the activities proposed by CRAM, and interviews and a field diary were used to collect data from March to April 2023. Data analysis was based on the broad content analysis technique proposed by Bardin. The results show that the majority of women face psychological and physical violence. As a coping strategy, they try to report their aggressors to the appropriate authorities and seek support in the community, turning to CRAM's specialized services, as well as relying on the support of family, friends and neighbors. It is hoped that this study will help raise awareness of the need to address the issue, with a view to promoting citizenship, dignity and women's emotional health.

Keywords: Women. Domestic Violence. Support Network.

DOI: 10.61223/coopex.v15i02.660

Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário de Patos (UNIFIP/CG); Pós-graduanda em Avaliação Psicológica pelo Centro Universitário de Patos (UNIFIP/CG) E-mail: jaksonpsi@gmail.com e desenvolvapsi@gmail.com

INTRODUÇÃO

Desde a aprovação da Lei n° 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha (LMP), a violência contra a mulher ganhou maior visibilidade social e política no Brasil (BRASIL, 2006). O país tornou-se o 18º das Américas e Caribe a ter legislação específica para lidar com a violência doméstica e familiar (PASINATO, 2007). Essa lei promove a redução da tolerância aos atos de violência contra a mulher, deixando de ser um problema restrito à esfera privada ou doméstica, e criando possibilidades de prisão preventiva, alteração da pena criminal e imposição do agressor em programas de recuperação e reeducação (SILVA, 2022).

Por meio da Lei n° 11.340, o conceito de violência doméstica e familiar contra a mulher é modificado e estabelecido como "qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, dano físico, sexual, psicológico, moral ou material" (BRASIL, 2006). Paneque e Guimarães (2022) destacam que a busca do agressor consiste em excluir a vítima de sua própria identidade, resultando no aniquilamento de sua autoestima, com pequenas ou grandes e constantes mortes morais pelas humilhações que ele provoca e, por vezes, mortes físicas pelas agressões que pratica.

Apesar de já ter sido considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como a terceira melhor legislação do mundo no enfrentamento à violência contra a mulher e de ter criado diversos mecanismos para a efetivação de suas normas, a Lei Maria da Penha (LMP) não conseguiu inibir totalmente as práticas violentas no seio da sociedade. A realidade ainda se mostra atroz e desumana, denotando um constante crescimento no número de casos de violência (SANTOS; GOMES, 2023).

De acordo com o último levantamento realizado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública em 2021, foram registrados 1.341 casos de feminicídio no Brasil, o que equivale a uma taxa de 1,2 casos por 100.000 mulheres. O mesmo relatório informa que o estado da Paraíba registrou 32 feminicídios no ano de 2021, além de uma expressiva quantidade de 3.246 episódios de lesão corporal dolosa/violência doméstica contra mulheres. Os dados também comprovam um significativo aumento no quantitativo de denúncias de violência doméstica na região, principalmente durante o período da pandemia de COVID-19 (BRASIL, 2022).

Em Campina Grande, segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde, foram registrados 741 casos de violência contra a mulher no primeiro semestre de 2021, sendo que a violência física representou a maior parte dos casos, com 393 registros. Além disso, a cidade registrou 7 feminicídios em 2020, de acordo com o Observatório da Violência contra a Mulher na Paraíba (BRASIL, 2022). Essas informações estatísticas são preocupantes e indicam a necessidade de direcionamentos eficazes para prevenir e combater a violência contra as mulheres no estado da Paraíba, bem como no restante do país.

Destaca-se que, desde a promulgação da Lei Maria da Penha (LMP), houve avanços relevantes no enfrentamento da violência contra a mulher. Esses avanços foram observados em mudanças na legislação, aumento da produção de estudos e dados estatísticos sobre a incidência de atos violentos contra a mulher, criação de serviços públicos especializados em atendimento, além da adoção de planos nacionais de combate a esse grave problema (BARSTED; PITANGUY, 2011).

Nesse contexto, as produções científicas sobre o tema visam ampliar o diálogo entre diversas áreas do conhecimento, não apenas dentro das ciências humanas, mas também nas

ciências sociais e da saúde. Devido à sua natureza multifacetada, a violência doméstica exige a integração de saberes e serviços (CANTARES; GUZZO, 2022). Dentro desse cenário de violência, há grande interesse em estudar as diferentes posições que as mulheres adotam diante da violência que sofrem, e o campo das ciências humanas e sociais tem contribuído com estudos e reflexões sobre esse tema (SANTOS; MORÉ, 2011).

Desse modo, o enfrentamento à violência contra as mulheres é um desafio complexo que requer ações coordenadas em várias frentes. É de fundamental importância que as mulheres sejam ouvidas quanto às suas demandas em relação aos sofrimentos vivenciados. Para um melhor entendimento desse cenário, o presente estudo teve como objetivo investigar as estratégias de enfrentamento à violência entre mulheres atendidas no Centro de Atendimento à Mulher (CRAM) em Campina Grande/PB. Além disso, buscou-se traçar o perfil sociodemográfico dessas mulheres, bem como descrever os diferentes tipos de violência relatados pelas participantes do estudo e suas principais consequências.

Violência doméstica e estratégias de enfrentamento

No Brasil, os esforços para ampliar o estudo sobre a violência de gênero nasceram das mobilizações políticas e sociais geradas desde a década de 1970, que colocaram o tema da violência conjugal como pauta de debate atual (CABRAL, 1999). A criação de lares adotivos, ONGs, assistência jurídica e psicológica, programas educacionais, redes telefônicas de emergência e formação profissional teve suas origens nos movimentos feministas da década de 1970.

Desde que a violência nas relações conjugais passou a ser abordada na perspectiva social, política e de saúde pública, o tema assumiu uma dimensão de visibilidade e grandes mudanças em suas pesquisas (OLIVEIRA, 2004). Em São Paulo, o movimento feminista de 1983 conseguiu estabelecer o Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF). Dois anos depois, foi instalada a primeira Delegacia de Defesa contra a Violência contra a Mulher (DDM). Em 1993, já existiam 152 delegacias de polícia (SAFFIOTI, 1994).

Após estudos posteriores indicarem que havia uma alta incidência de violência contra a mulher no âmbito doméstico, familiar ou do parceiro, a categoria de violência doméstica também passou a ser utilizada. Na década de 1990, o termo violência de gênero é utilizado na maioria dos estudos no Brasil (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995). Nesses anos, levantamentos estatísticos sobre a alta incidência de violência física de homens contra mulheres, em 95% dos casos de violência contra mulheres, os homens são os principais agressores, provocaram grande debate e mudanças dentro dos movimentos feministas (OLIVEIRA, 2004).

Ao abordar uma situação como violência de gênero, é fundamental falar de enfrentamento, pois, desde as conceituações de Márquez (2006), este é o processo que as pessoas usam para lidar com demandas excessivas, tanto ambientais como pessoais. A forma como as mulheres vítimas de violência enfrentam as suas vulnerabilidades tem uma relação dialética com a implementação de estratégias de enfrentamento, pois são os mecanismos que vão determinar a gestão das várias circunstâncias resultantes deste problema (COSTA, 2016).

Enfatizando a importância das estratégias de enfrentamento da violência de gênero, Minayo (2006) mencionam que são ações de cada pessoa para enfrentar um problema específico, promovendo uma adequada adaptação a circunstâncias adversas. Além dessas, fazem parte do processo de resiliência, razão pela qual se tornam ferramentas essenciais para enfrentar situações de violência.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo em questão refere-se a uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratória e descritiva, realizada no Centro Estadual de Referência de Atendimento à Mulher Fátima Lopes (CRAM), na cidade de Campina Grande/PB. Os CRMs compõem uma rede de equipamentos públicos que prestam serviços jurídicos, sociais e psicológicos às mulheres que sofreram ou sofrem algum tipo de violência.

A composição da amostra do estudo deu-se de forma intencional, totalizando um quantitativo de 10 mulheres, que foram selecionadas por conveniência, à medida que eram abordadas após consultas no setor de psicologia do CRAM. Cabe destacar que a amostra foi definida pelo critério de saturação teórica. Não houve recusas à participação no estudo; todas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), bem como o Termo de Autorização para Gravação de Voz. Na ocasião, foram informadas dos objetivos do estudo, além dos riscos e benefícios da pesquisa.

Para a inclusão das participantes, foram observados os critérios: ser maior de 18 anos; ter sofrido violência pelo parceiro ou ex-parceiro nos últimos seis meses; ser usuária ativa dos serviços prestados pelo Centro Estadual de Referência de Atendimento à Mulher Fátima Lopes. Cabe destacar que as mulheres que procuram os serviços do CRAM recebem atendimento psicológico, além do acompanhamento de assistentes sociais e advogadas. Ter idade inferior a 18 anos e não ser uma participante assídua das atividades propostas pelo CRAM foram os critérios de exclusão do estudo.

O processo de coleta de dados foi efetivado no primeiro semestre de 2023, entre os meses de março e abril, com auxílio de instrumentos elaborados pela pesquisadora, compostos por um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada. Tais dispositivos tiveram a finalidade de caracterização da amostra, bem como obtenção de informações em relação à temática da violência contra a mulher. Em relação à entrevista, as perguntas abarcaram temáticas sobre a violência sofrida, bem como as formas de enfrentamento propostas pelas mulheres.

Para analisar os dados, à medida que as entrevistas foram sendo efetivadas, realizou-se a transcrição das falas gravadas em áudio e procedeu-se a uma análise de conteúdo em sentido amplo. Segundo Bardin (2004), trata-se de uma técnica na qual é realizada uma interpretação de discursos. Esse procedimento permite descobrir os núcleos de sentido, tendo a capacidade de hospedar conteúdos, abrindo portas para o conhecimento dos mais variados aspectos e fenômenos da vida social. Inicialmente, realizou-se uma leitura aprofundada do material; em seguida, os dados das falas das participantes foram codificados, e, por fim, chegou-se às seguintes categorias: Contexto da violência e sofrimento; Violência e sentimento de culpa; Consequências da violência; Estratégias de enfrentamento.

A análise dos dados sociodemográficos das participantes foi organizada em planilha do Microsoft Excel e tabulada por meio de estatística descritiva, com apresentação de frequência absoluta (n) e percentual (%). O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Patos (UNIFIP), sob o Parecer n. 5.966.938, observando as normas da Resolução n. 466/2012 (Brasil, 2012) e da Resolução n. 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016). Para fins de sigilo em relação aos dados das participantes, serão utilizados nomes fictícios para preservar o anonimato das mulheres.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perfil sociodemográfico das participantes

Para a caracterização das participantes, foi utilizado um questionário que possibilitou o levantamento do perfil sociodemográfico das mulheres atendidas pelo CRAM – Campina Grande. Averiguou-se a idade, raça/etnia, estado civil, escolaridade e renda. Neste sentido, a seção de análise dos dados se inicia com a apreciação do perfil das participantes do estudo, bem como as principais características das agressões sofridas.

Tabela 1: Características sociodemográficas das mulheres

IDADE	**QUANTIDADE**	**FREQUÊNCIA (%)**
Mais de 40 anos	5	50
20-30	4	40
31-39	1	10
RAÇA/ETNIA	**QUANTIDADE**	**FREQUÊNCIA (%)**
Parda	5	50
Negra	2	20
Branca	2	20
Indígena	1	10
ESTADO CIVIL	**QUANTIDADE**	**FREQUÊNCIA (%)**
Solteira	6	60
Casada	2	20
Divorciada	2	20
ESCOLARIDADE	**QUANTIDADE**	**FREQUÊNCIA (%)**
Ensino Fundamental Incompleto	2	20
Ensino Fundamental Completo	1	10
Ensino Médio Completo	2	20
Ensino Superior Completo	2	20
Ensino Superior Incompleto	3	30
RENDA	**QUANTIDADE**	**FREQUÊNCIA (%)**
Auxílio Governamental	5	50
1 Salário	3	30
2 Salários	1	10
Mais de 3 salários	1	10
FILHOS	**QUANTIDADE**	**FREQUÊNCIA (%)**
Sim	8	80
Não	2	20

Fonte: Autor (2023)

Em relação à faixa etária das mulheres, 50% afirmaram ter mais de 40 anos de idade, resultado corroborado por Almeida *et al.* (2022), cujos autores indicaram em seus estudos que mulheres com mais de 40 anos são a faixa prevalente quando se investigam atos de violência dentro do ambiente doméstico. Quanto à etnia, a maioria das mulheres atendidas pelo CRAM se declarou parda (50%), indicando que constituem o maior grupo entre aquelas que sofrem algum tipo de violência. Em relação ao estado civil, a maioria das mulheres afirmou ser solteira

(60,0%). Essas informações reforçam o estudo de Falcão *et al.* (2023), no qual solteiras e pardas fazem parte do maior percentual entre aquelas que sofrem algum tipo de agressão.

Outro dado importante apontado foi que 20,0% das mulheres se declararam casadas, afirmando que ainda estão com seus parceiros. Na visão dessas vítimas, elas temem que seus agressores sejam punidos ou se amedrontam diante de uma possibilidade de retaliação. Além disso, algumas vítimas verbalizaram acreditar que a denúncia não teria efeito ou que as autoridades não agiriam para elucidar o caso.

Dentre as mulheres entrevistadas, 80% afirmaram ter filhos. Durante as entrevistas, foi mencionado que seus filhos não sabiam sobre a violência sofrida e, em alguns casos (20%), as entrevistadas verbalizaram que, em certos momentos, seus filhos presenciaram a violência, bem como foram vítimas de agressões psicológicas ou físicas.

Em relação à escolaridade, houve uma predominância de 30% com ensino superior completo, dado ratificado por Cury (2018), que comenta que a violência atinge não apenas mulheres com baixa escolaridade, mas também aquelas que possuem mais tempo dedicado aos estudos. Entre as profissões citadas estão professora, farmacêutica, técnica de enfermagem, promotora de eventos e manicure. No entanto, a maior parte das mulheres não está trabalhando no momento, sendo que 55,6% estão recebendo auxílio governamental.

É possível perceber com esses dados a dificuldade das mulheres em obter ou manter seu emprego. Elas acabam, por vezes, recorrendo a auxílios do governo como uma forma de garantir a sua subsistência e a de seus filhos, já que em alguns momentos são obrigadas a saírem de casa, se afastam de seus trabalhos, perdendo suas rendas em virtude do ciclo de violência e enfrentando sérios impactos econômicos e sociais.

Contexto da violência e sofrimento

Em relação aos tipos de violência sofrida, foram identificadas as seguintes categorias: psicológica, física, sexual e patrimonial. Quanto aos episódios de violência física, constatou-se, a partir dos relatos das mulheres, que o uso da força era frequente em seus relacionamentos, manifestando-se por meio de empurrões, socos e outras formas graves de maus-tratos, conforme evidenciado nos relatos:

> *Quando ele bebia, ele batia sem eu falar nada, aí depois eu fui mudando, comecei a medefender [...] isso eu disse a delegada [...] várias vezes eu arranhei ele, eu mordi para elem e soltar porque ele ficava apertando meu pescoço. (Maria).*

> *A violência era com tudo que tinha, ele me batia com o que tivesse na mão dele, por conta de bebida. (Larissa).*

> *Primeiro era sutil, a agressão física só aconteceu uma vez, mas os outros tipos de violência eram permanentes. (Sofia).*

> *Sempre que acontecia esses abusos físicos era porque eu tentava terminar com ele ondeele puxava meu cabelo, ele me enforcava, me deu murro nas minhas costas. (Sandra).*

Quando um agressor recorre à violência física para controlar ou amedrontar uma mulher, pode criar um ambiente perigoso com graves consequências, incluindo homicídio. Estudos indicam que mulheres que sofrem violência física de seus parceiros enfrentam um risco significativamente maior de serem assassinadas por eles. Muitos homicídios de mulheres têm

históricos de violência doméstica, destacando a importância de a sociedade reconhecer a gravidade desse problema (SOUZA, 2022).

Narrativas de episódios recorrentes de violência psicológica foram observadas nos discursos da maioria das participantes. Esse tipo de violência manifestou-se em ameaças frequentes e provocação emocional por meio de palavras agressivas, xingamentos ou pressão psicológica. As seguintes falas descrevem o ciclo em que as mulheres estavam inseridas:

> *Quando a gente se separou eu fui pra João Pessoa, passei três meses para criar uma linhavegana de hamburguer, enquanto eu estava no projeto ele me sabotava [...] as vezes perdia todo o alimento e o trabalho que eu tinha feito. Ele dizia que fazer programa virtual e prostituição dava mais dinheiro que isso e mostrava vídeo. (Sofia).*
>
> *Teve uma última vez que eu terminei com ele, a gente passou um mês separado, nesse tempo ele me ameaçava, dizendo que se me encontrasse com algum homem ele iria mebater, [...] ele já pulou muro, quebrou o portão tudo porque eu dizia que não queria mais ter um relacionamento com ele. (Sandra).*
>
> *Quando estava junto não passou dois meses para acontecer isso, ele começou a ser muitoagressivo, gritava chamava de idiota, imbecil. (Maria).*
>
> *Eu tinha medo de denunciar porque ele dizia que, se você disser alguma coisa eu tenhoamigos policiais que vai encher a sua cabeça de tiro, de bala. (Helena).*

A violência psicológica é uma forma comum de agressão direcionada às mulheres e pode ocorrer em diversos contextos. Essa violência abrange humilhação, insultos, controle, isolamento, ameaças e chantagem emocional. Tais práticas podem levar as mulheres a sentir-se inúteis, impotentes e desvalorizadas, impactando negativamente em sua autoestima, autoconfiança e habilidade de tomar decisões cruciais, podendo até desencadear problemas de saúde mental (MACHADO, 2023).

Nas narrativas das mulheres, tornou-se evidente a ocorrência de violência de natureza sexual. Em alguns casos, os parceiros as forçaram a relações íntimas sem consentimento, gerando sensações de coação e desconforto.

> *Houve um estupro com ele uma vez, porque como era mais nova e eu fui ensinada queeu teria que ter relações sexuais até quando eu não queria e a gente estava brigado [...] ele também queria transar comigo para que a gente ficasse juntos, só que eu me senti muito mal por muitas semanas, até eu perceber que isso era errado, eu não sabia que eraerrado e isso doeu muito, isso que aconteceu e eu falei pra ele que isso tinha me afetado psicologicamente e que eu não estava bem que eu não cofiava nele. (Sandra).*

Na perspectiva de Maia (2023), muitas mulheres vítimas de violência sexual experimentam sentimentos de vergonha, culpa e isolamento. Elas podem perceber uma traição

por parte daqueles em quem confiavam, ou sentir que suas experiências são desvalorizadas e não merecem consideração. Esse quadro pode conduzir as mulheres a uma sensação de desesperança e falta de controle sobre suas próprias vidas. A violência sexual também pode causar um impacto significativo na saúde física e mental das mulheres, contribuindo para problemas de saúde mental como depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático e distúrbios alimentares.

Estratégias de Enfrentamento

O combate à violência contra a mulher é um desafio que demanda esforços tanto individuais quanto coletivos, visando proteger as vítimas e prevenir ocorrências futuras. As mulheres podem adotar diversas estratégias para enfrentar a violência, como buscar ajuda, conhecer seus direitos, realizar denúncias e participar de grupos de apoio. Nesse contexto, é crucial que as vítimas de violência doméstica recebam orientação e apoio apropriados, incluindo acesso a serviços terapêuticos e outras formas de assistência. Muitas delas encontraram esse suporte no CRAM:

> *Eu só recebo apoio daqui (CRAM), é muito difícil as pessoas quando percebia e perguntava o que era, muitas vezes eu mentia, dizia que estava sem cinto no carro e que ele tinha freado e eu tinha batido com o rosto e assim inventava só que agora mais recente tem umas duas pessoas no máximo três pessoas que eu contei mais porque já vieram me perguntar que disse que já tinha escutado meus gritos perto do restaurante e que sabia que ele me batia, eu não dizia mais sabia que ele me batia. (Maria).*

> *Só a terapia tem me ajudado (CRAM), porque se não fosse, eu já tinha morrido mesmo. É um peso tão grande na sua mente, que vem da sociedade e da família em si. (Helena).*

As políticas públicas desempenham papel crucial na proteção das mulheres que enfrentam violência, oferecendo recursos e suporte para ajudá-las a escapar de situações abusivas e prevenir futuros casos. Essas políticas podem abranger leis e regulamentos proibindo a violência contra mulheres, programas de educação e conscientização sobre a violência de gênero, serviços de apoio às vítimas, abrigos, centros de crise, e programas de aconselhamento e terapia.

A implementação de políticas públicas, como a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, elaborada com base na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres em 2004, é fundamental para reduzir a incidência de violência e garantir acesso a recursos e serviços essenciais. Além disso, políticas públicas eficazes têm o potencial de transformar a cultura que permite a violência de gênero, educando as pessoas sobre a importância do respeito, da igualdade de gênero e da prevenção da violência (SILVA, 2022).

Infelizmente, algumas mulheres enfrentam dificuldades em romper o ciclo de violência, optando muitas vezes pelo isolamento ou até mesmo pelo fim de suas vidas.

> *Várias vezes, tomei medicamento quando eu morava com ele eu tentei oito vezes suicídio. (Helena).*

> *Eu ficava trancada dentro de um quarto e quem me socorria era a vizinha, eu me caseinova, ficava mais trancada dentro do quarto. (Vânia).*

> *Não cheguei a desabafar com ninguém na época sobre o que aconteceu comigo, vocêfica pensando o que eu fiz para merecer isso? (Ana).*

Algumas mulheres que enfrentam violência podem escolher o isolamento em vez de compartilhar suas experiências com outras pessoas. Isso pode ocorrer por diversos motivos, como vergonha, medo de julgamentos, falta de confiança nas pessoas ou receio de que a violência possa se intensificar ao falar sobre ela. O isolamento pode agravar a situação para a vítima, fazendo-a sentir-se solitária e desamparada. O silêncio pode permitir que o agressor continue a praticar violência sem enfrentar consequências (SANTOS, 2022).

Outras mulheres adotam estratégias diferentes, como investir na independência financeira e buscar qualificação por meio dos estudos:

> *Na época da faculdade eu cheguei a desabafar até que eu conversava com as minhascolegas. Elas diziam que que eu tinha que me libertar, mas para isso você tem que arrumar um emprego. (Helena).*
>
> *A única solução para mim sair das agressões era eu estudar, terminar o curso. (Virgínia).*

Mudar de vida após sofrer violência pode ser um processo desafiador, mas há estratégias que auxiliam na recuperação e reconstrução. O primeiro passo muitas vezes envolve denunciar a violência e buscar ajuda especializada. Estratégias como procurar ajuda profissional, conectar-se com outras pessoas, participar de atividades terapêuticas, implementar mudanças práticas, adquirir novas habilidades e criar um plano de ação podem ser úteis nesse processo (SILVA, 2022).

É fundamental que as mulheres que enfrentam violência saibam que não estão sozinhas e que há recursos e estratégias disponíveis para apoiá-las e ajudá-las a sair dessa situação. Além disso, é crucial que espaços educativos atuem na conscientização sobre a violência doméstica e suas formas de prevenção, promovendo uma cultura de respeito, igualdade e dignidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho concentrou-se em analisar estratégias de enfrentamento de vítimas de violência doméstica. A maioria das mulheres denunciou seus parceiros, porém algumas não se sentiam confortáveis desabafando com familiares ou filhos devido à vergonha associada aos episódios de violência, levando-as ao isolamento. O julgamento e discriminação da sociedade influenciaram as estratégias de enfrentamento.

Nenhuma das entrevistadas conhecia o Centro de Referência da Mulher, sendo todas indicadas por terceiros. Destaca-se a necessidade de uma divulgação mais abrangente sobre redes de apoio para mulheres vítimas de violência. Entidades governamentais devem promover campanhas eficazes de sensibilização e prevenção, visando o empoderamento de mulheres e a prevenção da violência em ambos os sexos.

As limitações incluem o tamanho da amostra, impedindo generalizações, e a dificuldade de lidar com relatos pesados durante a pesquisa. Novos estudos podem ampliar os achados discutidos.

Assim, este trabalho proporcionou compreensão das diversas perspectivas sobre a feminilidade e dos desafios enfrentados pela mulher paraibana, ampliando a conscientização

sobre igualdade de gênero, estereótipos e preconceitos que afetam mulheres vítimas de violência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. S. *et al*. Perfil da violência doméstica contra a mulher: estudo em um centro de referência. **Ensaios e Ciência C Biológicas Agrárias e da Saúde**, v. 25, n. 5- esp., p. 688–692, 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA, 2011

BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública/Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510/2016**. 2016. Recuperado em 31 de outubro de 2023, de http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/ Reso510.pdf. Acesso em 31/Out/2023.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 27 jul. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: 2006. 24p.

CABRAL, M. A. A. Prevenção da violência conjugal contra a mulher. **Ciencia & saude coletiva**, v. 4, n. 1, p. 183–191, 1999.

CANTARES, T. S.; GUZZO, R. S. L. Violência contra Mulheres: Diretrizes Políticas da Psicologia para o Exercício Profissional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, e236907, 1-15, 2022

COSTA, I. M. **O enfrentamento à violência doméstica contra a mulher no Distrito Federal: a atuação da casa da mulher brasileira.** 2016. 81 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CURY, M. A. **Violência doméstica está presente em todas as classes sociais**. Boa Vista: Folha de Boa Vista, 2018. Disponível em: https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Violencia-domestica-esta-presente-em-todas-as-classes-sociais--diz-juiza/37669. Acesso em: 21 mai. 2023.

FALCÃO, C. S. *et al.* Notificação de violência sexual contra a mulher na Bahia. **Rev. Saúde.Com**, v. 19, n. 1, p. 3115-3126, 2023.

LIMA, A. R. **Notificações de violências entre parceiros íntimos residentes na área programática. 2021.** 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Enfermagem de Família e Comunidade) - Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

MACHADO, F. C. A.; COSTA, A. P. S.; FERREIRA, M. A F. A face vitimada: morbidade entre mulheres atendidas em serviços sentinelas no brasil. **Revista Ciência Plural**, v. 9, n. 1, p. 1–22, 2023.

MAIA, K. M. **As repercussões psicossociais da gestação decorrente do abuso sexual: Uma revisão integrativa.** 2023. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) – Faculdade Ari de Sá, Fortaleza, 2023.

MÁRQUEZ, S. Estrategias de afrontamiento del estrés en el ámbito deportivo: fundamentos teóricos e instrumentos de evaluación. **International Journal of Clinical and Health Psychology**, v. 6, n. 2, p. 359-378, 2006.

MINAYO, M. C. S. **Violência e saúde**. Editora FIOCRUZ, 2006.
OLIVEIRA, P. P. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

PANEQUE, F. C.; GUIMARAES, R. T. Violência doméstica. **Direito, Negócios & Sociedade**, v. 2, n. 3, p. 49-68, 2022.

PASINATO, W. **Contribuições para o debate sobre violência, gênero e impunidade no Brasil**. São Paulo: Fundação Seade, 2007.

SAFFIOTI, H. B. Posfácio: conceituando gênero. *In:* SAFFIOTI, H. *et al.* **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro/Brasília: Rosa dos Tempos/UNICEF, 1994. p. 271-283.

SAFFIOTI, H. I.B.; ALMEIDA, S. S. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SANTOS, A. C. W.; MORÉ, C. L. O. O. Impacto da violência no sistema familiar de mulheres vítimas de agressão. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 31, n. 2, p. 220–235, 2011.

SANTOS, C. A.B.; GOMES, L. L. B. Violência doméstica e homoafetividade feminina: uma análise crítica acerca do requisito de aplicabilidade da Lei Maria da Penha. 2023. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Direito Ambiental) - Universidade do Estado do Amazonas. Manaus, 2023.

SANTOS, J. B**. Efeitos da violência doméstica na saúde mental da mulher cisgênero**. 2022. 92 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022.

SILVA, F. R. et al. Violência de gênero contra mulheres trans: reflexões sobre corpos matáveis e biopoder. *In:* LIMA, O. R. et al. **Mulheres: direitos, história e política**

Editora Inovar: Campo Grande, 2022. cap. 9, p. 130-145.

SOUZA, S. **A aplicação da lei 14.132/2021 (*lei de stalking*) nos crimes de feminicídio no Brasil.** 2022. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - O Centro Universitário Curitiba, Brasil, 2022.